

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 28 • 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2021

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura e da AML em geral e do concelho de Oeiras em particular sem prejuízo daqueles que possam valorizar o conhecimento das antiguidades oeirenses, para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 28 • 2021 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

**DEPÓSITOS METÁLICOS EM MEIO HÚMIDO, E SUAS MARGENS,
DA IDADE DO BRONZE EM PORTUGAL: UMA PERSPECTIVA GLOBAL**

***METALLIC HOARDS IN WET ENVIRONMENTS, AND THEIR MARGINS,
IN THE BRONZE AGE OF PORTUGAL: A GLOBAL PERSPECTIVE***

Raquel Vilaça¹ & Carlo Bottaini²

Abstract

Understanding metalwork hoarding and deposition in wet contexts involves multiple problems that can be approached from different perspectives. Besides interpreting its potential meanings (which are certainly diachronically different and determined by regional cultural specificities), the researcher also faces complex methodological issues of a different nature. Such issues have no relation to chronology and are particular to this type of archaeological record. One of the most important arises from the fluid or muddy nature of watery or wet depositional contexts. Those contexts are prone to environmental changes and are frequently affected by bank and shore dynamics, like in the cases of rivers, lakes, etc.

This text discusses watery and wet context (riverbank or shore) metalwork depositions, focusing on a specific period – the Bronze Age – and a specific region – Portuguese territory. The authors only address bronze artefacts, gathering the available information about their identification, characterization and *loci* of find, alongside a critical perspective about each one and methodological considerations. The base data here discussed comprises 28 records of finds that could be related to watercourses and their banks. Most of these finds are located in the centre-north of Portugal.

Keywords: Deposits; Hoards; Bronze Age; Water; Riverbanks; Movement.

1 – ENQUADRAMENTO

A água e a sua história são parte intrínseca da vida, da jornada humana. A água é fonte de alimento e de outros recursos, como o minério, e é essencial no processamento de diversas actividades produtivas. Como meio de comunicação privilegiado, facilitando trocas e viagens, foi (também) através da água, dos rios e do mar, que distintas comunidades se descobriram e se encontraram, trocaram experiências e criaram conhecimento.

A história dos humanos cruza-se com o movimento das águas, com o seu nascer e renascer, com o ir e o voltar; com os seus ruídos e murmúrios, que alertam e orientam, ajudando a configurar mapas mentais de enquadramento. Mas na história dos humanos também perpassam as águas paradas, que melhor reflectem o céu, as rochas, as plantas, os animais, as pessoas, adquirindo novas formas e distintas intensidades cromáticas, que também variam ao longo do dia e das estações do ano. Nessa magia, criadora de ilusões, a água, como

¹ Universidade de Coimbra (Portugal), Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, CEAACP. rvilaca@fl.uc.pt
Identificador ORCID: HYPERLINK “<http://orcid.org/0000-0003-0019-7256>” 0000-0003-0019-7256

² Laboratório HERCULES, Cátedra CityUMacau em Património Sustentável, Universidade de Évora (Portugal).

espelho, encontra-se ainda no plano liminar da terra, de onde nasce, e no que lhe subjaz, o desconhecido, o além, o outro lado. A água é lugar e é espaço, real e ritual, de passagem. Por isso, em distintos tempos e lugares, e ao longo dos tempos frequentemente nos mesmos lugares, a água, como “entidade viva”, como elemento purificador e regenerador, adquiriu um valor simbólico e sagrado imensurável.

Foram múltiplas as formas como ao longo do tempo as comunidades expressaram, material e imaterialmente, essa sua relação com a água. Tais relações, que se podem perspectivar a partir de distintas áreas das ciências sociais, desde a antropologia, à história e à arqueologia, foram e têm sido motivadas por razões de natureza muito distinta (TESTART, 2013). Entre elas, práticas de índole cerimonial parecem ter-se traduzido na deposição de artefactos e, por vezes, de corpos e partes de corpos humanos (de cariz funerário ou sacrificial), ou ainda através da “arte rupestre”, todas elas estratégias sociais e de expressão de poder.

Neste último caso assumem particular simbolismo as rochas historiadas existentes no leito de cheia de linhas de água, como sucede com os painéis de xisto de Alagoa (Tondela), cujo topónimo é, por si só, revelador (GOMES & MONTEIRO, 1974-1977) (Fig. 1). O mesmo sucede com os seis painéis de Molelinhos (Tondela), onde se observa a representação massiva de armas e de outros artefactos datáveis do Bronze Final e da II Idade do Ferro, painéis estes situados a poucos metros da confluência de pequena linha de água com o rio Criz e ciclicamente submergidos no Inverno (CUNHA, 1991; SANTOS, 2006) (Fig. 2).

Entre aquelas estratégias de reprodução social destaca-se o fenómeno de deposição do metal, particularmente o bronze. Excluindo ocasionais situações pautadas pelo acaso, que fogem ao controlo do arqueólogo, os depósitos metálicos em meio húmido mais não são do que a parte (ou parte da parte) material dessas práticas rituais de deixar objectos sem os abandonar, como tão bem sintetiza o título do texto de Katharina Becker “Left but Not Lost” (BECKER, 2008). Tal como sucede com o fenómeno dos depósitos de bronze em geral, i.e., em terra firme nos mais variados lugares, também os depósitos de bronze em meio húmido revelam uma distribuição muito ampla, de escala pan-europeia, embora igualmente muito irregular nas suas distintas geografias e manifestações materiais.

O tema dos depósitos aquáticos (em rios, em lagos, em pântanos, em nascentes, na linha de costa, no mar) tem sido, desde início, na segunda metade de Oitocentos, uma constante na agenda dos investigadores. É sabido do carácter ritual que lhes é atribuído, seja como testemunho de oferendas a divindades com vista à amortização de excedentes e num quadro de competitividade social, ou como forma de sacrifício do metal retirado definitivamente de circulação; ou ainda, e como alternativa às tumulações convencionais em terra firme, entendidos como deposições de cariz funerário, sem corpos, em particular quando essas deposições correspondem a espadas (v.g. TORBRÜGGE 1970-1971, p. 84-85).

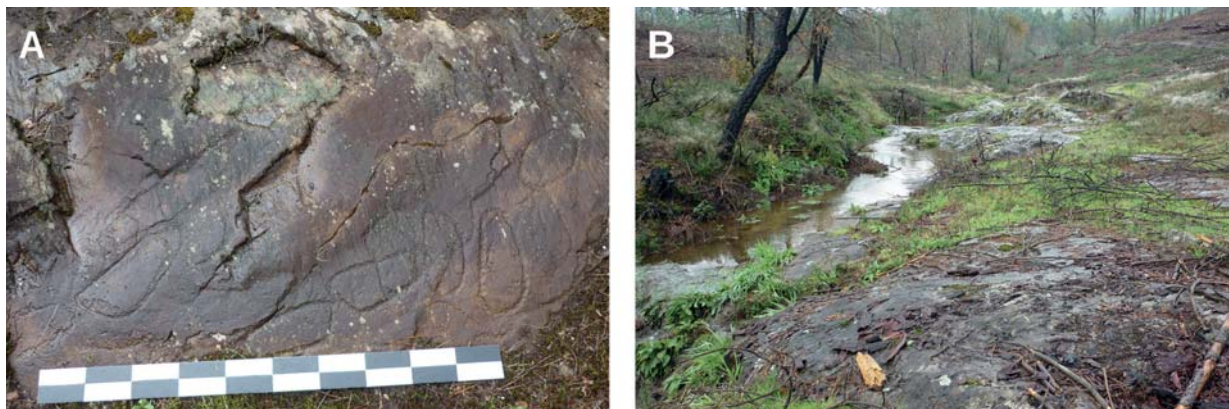


Fig. 1 – Painéis de xisto de Alagoa com podomorfos (A) na área alagadiça de pequeno ribeiro (B) (Fotos da C. M. de Tondela e de André Tomás Santos, respectivamente).

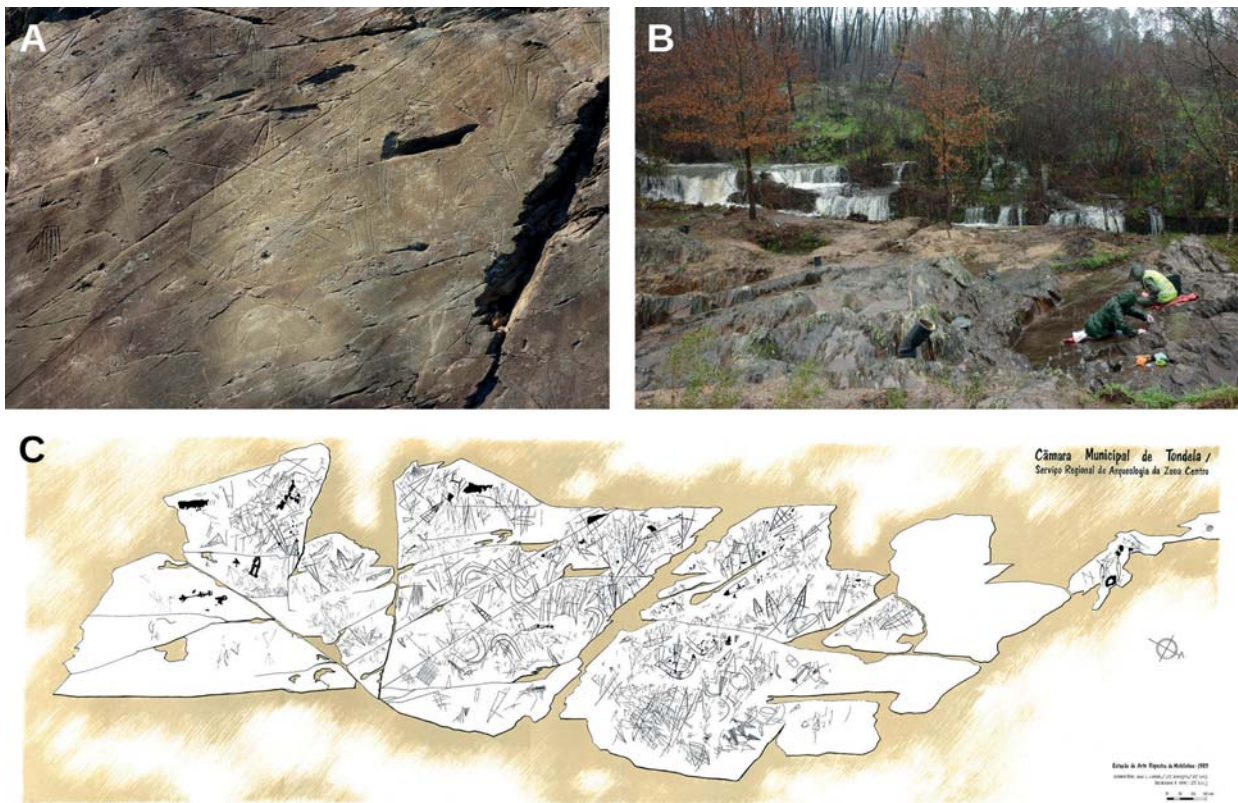


Fig. 2 – Painéis de xisto de Molelinhos (A pormenor, C completo) e localização em zona submergida ciclicamente no Inverno (B) (Fotos da C. M. de Tondela e levantamento dos painéis por Ana Leite da Cunha, José Augusto e José Luís Madeira).

Independentemente das explicações que se podem propor, os depósitos em meio húmido, ou assim considerados, não são todos a mesma coisa. Não o são, nomeadamente porque:

- i) diferem os materiais e sua quantidade, com deposições tendencialmente singulares nos rios, em particular armas, e com outros materiais associados nos lagos (BRADLEY 2017, p. 24-25);
- ii) divergem os lugares escolhidos para efectuar as deposições, como bem revela o caso dos rios (na nascente, na foz, em zonas de passagem a vau, em pontos de confluência de linhas de água);
- iii) há lugares de “deposições fundacionais e reiterativas”, i.e., lugares re-sacralizados, de onde podem resultar materiais de ampla diacronia (VILAÇA, 2006, p. 42);
- iv) a natureza da própria água diverge, sendo distintas as águas paradas de um lago e as águas em movimento de um rio (STRANG, 2005; YATES & BRADLEY, 2010).

E não o são também porque os dados empíricos revelam que existem, para além de situações inequívocas de deposições em meio húmido, outras que colocam problemas de base ao nível da sua identificação nesses ambientes.

Como verificaremos, as problemáticas inerentes a este tipo de registo arqueológico, concretamente em função dos dados analisados neste caso de estudo, exigem algumas considerações de ordem metodológica, que transgridem abordagens clássicas dicotómicas entre depósitos em terra firme e depósitos em meio aquático. Pelo contrário, consideramos a existência de outras situações distintas, situações tipicamente “*de margem*” que abrem o leque interpretativo na compreensão dos rituais das comunidades e deste fenómeno cultu(r)al em geral (VILAÇA, 2006, p. 28-29; p. 55).

É sobre essas *deposições em meio húmido e suas margens* que trata este texto, focado num período particular – a Idade do Bronze – e numa região específica – o território português. Propomo-nos analisar esta temática, apresentando uma visão de conjunto, recuperando e realçando a informação disponível. Interessa-nos atender em particular às questões de identificação e caracterização dos depósitos assim considerados, pelo que valorizaremos, não tanto as meta-narrativas, mas um discurso com base nos contextos espaciais e *loci* de achado, mau grado os constrangimentos a nível informativo, e são muitos³.

2 – DEPÓSITOS EM MEIO HÚMIDO E SUAS MARGENS

2.1 – Problemas de base e questões metodológicas

Na Península Ibérica as deposições metálicas aquáticas da Idade do Bronze, ou directamente relacionadas com a água, são de modesta expressão, seja na ocorrência do número de achados, seja na quantidade de artefactos por conjunto, sobretudo se as compararmos com outras áreas europeias. Por exemplo, fica muito aquém, não atingindo de modo algum a relevância de certas regiões, como a Dinamarca, a Irlanda, ou a Inglaterra, onde a maior presença de zonas húmidas (principalmente pântanos) terá, de facto, proporcionado essa prática (BECKER, 2008).

As regiões da Galiza e da Andaluzia destacam-se pela concentração desses achados (armas em particular), além de outros pontos mais dispersos, nomeadamente ao longo do grande rio peninsular – o Tejo –, conforme se observa na Fig. 3. O caso paradigmático do “depósito de Huelva” é verdadeiramente excepcional, pelo lugar, pela quantidade e diversidade de materiais que um depósito reúne, pelas explicações possíveis de que já foi alvo, tendo-se advogado, justamente, que se trataria de depósito relacionado com a prática ritual de atirar armas à água e não de um barco naufragado (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995a).

Para o território português a temática das deposições aquáticas não foi ignorada por esta investigadora, quando valorizou, como veremos, o caso (problemático) das espadas de Safara (Moura) (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO 1998, p. 238). Já antes, as deposições em meio húmido tinham chamado a atenção de João Luís Cardoso a propósito do depósito de Solveira (Montalegre) (CARDOSO, GUERRA & BRAGANÇA 1992, p. 246), mas foi só com a publicação, ainda que lacónica, da espada de Cacilhas, recuperada das águas do Tejo, que se viria a confirmar, em concreto, a importância da conexão espadas/ deposições aquáticas (SILVA & GOMES, 1992, p. 120).

Porém, para Portugal o assunto seria só aprofundado em 2006 por um de nós, com a sistematização da informação existente, mercê de aturada recolha de notícias antigas com pistas sugestivas, nem sempre valorizadas. Essa pesquisa revelou, por um lado, que a presença de objectos de bronze depositados em ambientes húmidos no território português tem maior expressividade do que se pensava e, por outro, permitiu compreender que os dados expressam, no seu conjunto, grande variabilidade de situações (VILAÇA, 2006, p.49-60). Sublinhou-se ainda que a rígida distinção entre depósitos em terra firme e depósitos em meio aquático não era hermenêutica ajustada à esmagadora maioria das evidências empíricas que, de algum modo, podiam ser relacionadas com a água.

³ Este texto é o desenvolvimento de um outro sobre a mesma temática que se encontra desde 2018 para publicação, em língua inglesa, nas Actas do Congresso *Connecting Worlds. Bronze and Iron Age Depositions in Europe* (Berlin, 19-21 de Abril de 2018).

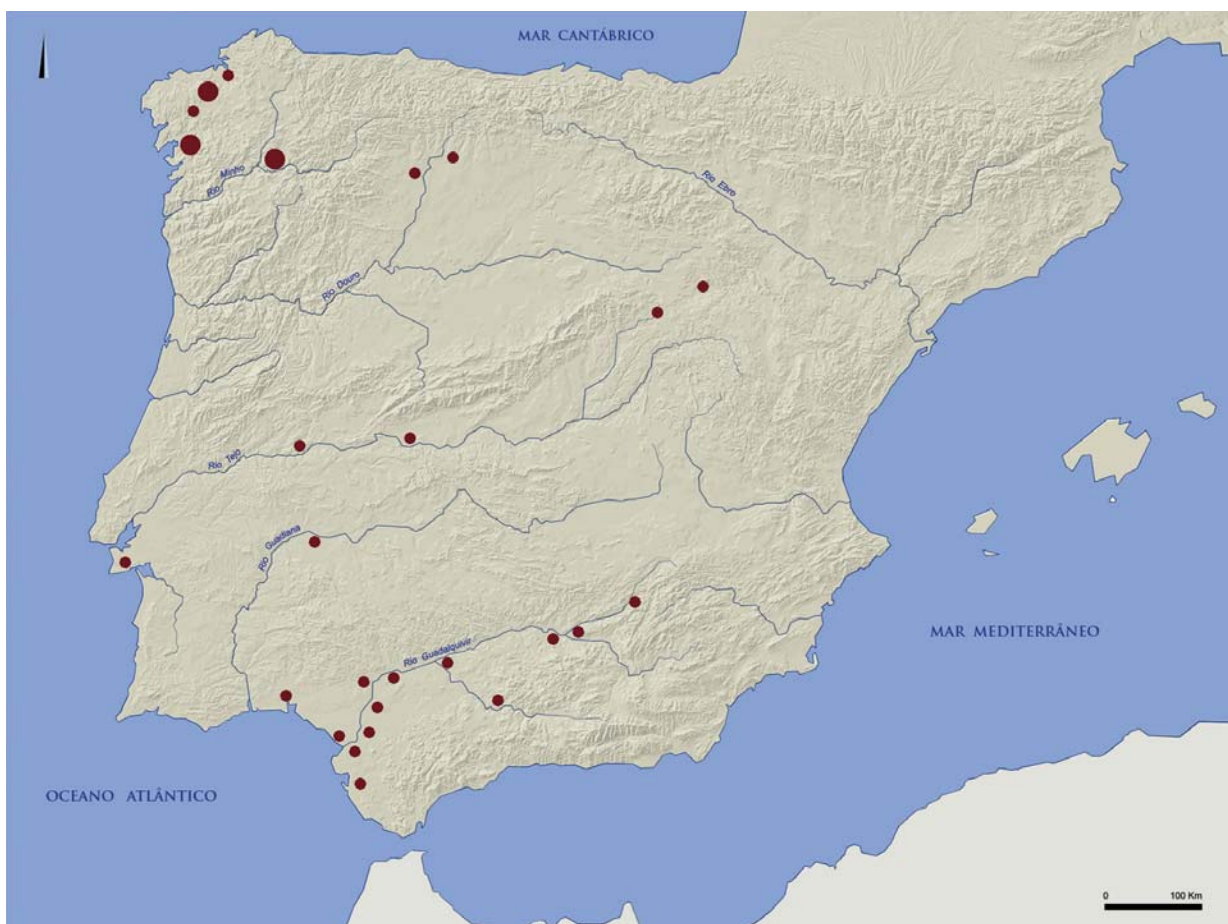


Fig. 3 – Achado de armas nos rios e em lugares de passagens na Península Ibérica (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995, Fig. 10-11, readaptado).

Para além dessas duas situações, perfeitamente definidas em certos contextos, existe, digamos, um “terceiro estado”, de grande ambiguidade, que resulta desde logo do movimento das águas e, conseqüentemente, do dinamismo das margens. Essa terceira “existência” corresponde ao que se designou por “*depósitos de margem*”, conceito que se retoma aqui (VILAÇA, 2006, p. 55).

Por definição, as margens são fluídas, são dinâmicas, ora secas, ora molhadas, como ilustram neste trabalho os casos das margens da ribeira do Castelejo (Fundão), ou as do entroncamento do rio Arouce com o rio Ceira, na zona da Barca (Lousã) (Fig. 4), de onde provêm, respectivamente, um machado de talão de duas argolas com nervura central e um machado do mesmo tipo, fragmentado e já sem argolas (VILAÇA, 2006, p. 57; VILAÇA & LIMA, 2006; VILAÇA & ROSA, 2015). É essa mutabilidade, essa intermitência, essa situação liminar entre a terra e a água, que lhes confere especial significado.

A expressão “*depósitos de margem*” não deixa de trazer problemas, justamente porque a realidade é, não só muito diversa, como é diversa, *hoje*, do que *ontem* foi. Ademais, na nossa perspectiva, a expressão tem sido utilizada por vezes na bibliografia mais recente de forma algo abusiva, aplicando-a a situações que transgridem a ideia original subjacente à formulação do conceito, i.e., a associação à água, ao dinamismo das “margens”, à sua transformação, mas não de forma genérica ou ilimitada. Se nos parece adequado falar de “*depósitos de margem*” quando se verifica proximidade da água (questão de escassos metros, dezenas, ou até de uma, duas centenas de metros...), um maior afastamento físico, que pode distar várias centenas de metros e quilôme-



Fig. 4 – Margens das ribeiras de Castelejo (A) e zona de encontro dos rios Arouce e Ceira (B), áreas onde se encontraram machados de bronze.

tros, mesmo verificando-se estreita relação visual com linhas de água, corresponde já a realidades outras que desvirtuam o conceito primacial definido para aquelas situações de deposições conexas água/metal. Tais casos não são contempladas nesta síntese.

Claro que os problemas são estruturais e começam quando se desconhece o local preciso e as circunstâncias de achado dos materiais, o que sucede em inúmeras situações. No caso das realidades que se abordam aqui, essas limitações são muito evidentes uma vez que correspondem, na sua maioria, a registos antigos, não referenciados com rigor, antes descritos de forma normalmente vaga e impressionante. Ainda assim, consideramo-los sugestivos e permitem densificar a discussão em termos da sua problemática.

Mas os problemas colocam-se em especial quando os depósitos ocorrem, ou podem ter ocorrido, em águas pouco profundas, quer dizer, em contextos mais vulneráveis a mutações de ordem natural e ambiental (erosão, inundações, subida e descida cíclica das águas, desvio do leito dos rios, etc.), seja na longa diacronia, seja mesmo no tempo curto em função de oscilações climáticas e pluviais anuais. Potencialmente os objectos emergiam e imergiam, eram arrastados, eram “animados” num duplo movimento, o das águas e o deles, por estas arrastados. Alguns, inicialmente em terra firme, poderiam ser deslocados para meio húmido, num processo de “imersão pós-deposicional” (IZAC-IMBERT & MILCENT, 2012, p. 94). Outros, inicialmente depositados em meio húmido, poderiam emergir e ficar retidos em meio seco, ou antes, aquoso e lodoso nas margens.

Portanto, se há remobilização de artefactos, estes perdem os seus micro-contextos matriciais, deslocam-se, separam-se e misturam-se, por eventual vontade humana, mas também pelas forças da Natureza. Estas particularidades, associadas à insuficiência (ou inexistência) de dados que permitam reconstruir as paleo-paisagens a nível regional, dificultam (ou impedem) saber se o local de achado, hoje em meio húmido, também o era no passado; ou vice-versa, se alguns dos depósitos encontrados em terra firme o foram também assim no acto original de deposição. Em suma, o lugar de achado pode não corresponder ao local de deposição e a mobilidade das águas e dos objectos pode originar “*falsos depósitos*”, tal como poderá ter destruído depósitos que o tinham sido antes.

2.2 – As evidências empíricas

No quadro 1 registam-se as ocorrências de depósitos articuláveis com a presença de água. Para além dos condicionalismos antes mencionados, é importante dizer que é muito heterogénea a base informativa, de qualidade diversa e nem sempre fidedigna, assumindo-se, conseqüentemente, que a listagem proposta nem será

completa nem expressará o rigor ideal. Regista-se a designação do depósito (tal como é identificado na bibliografia de origem), o tipo de material (meramente indicativo) e as circunstâncias de achado (básicas, remetendo para a respectiva bibliografia). Por uma questão de mera organização, os dados foram sistematizados em três regiões – Norte, Centro e Sul –, que os rios Douro e Tejo separam.

A distribuição geográfica dos achados (Fig. 5), que recupera, corrige e actualiza o mapa de VILAÇA (2006, p. 60), deve ser articulada com o quadro 1, cuja numeração reporta a identificação das referências no mapa. Neste, a localização dos achados é apenas aproximada.



Fig. 5 – Distribuição de achados metálicos em meio húmido, ou nas suas margens (VILAÇA, 2006, p. 60, corrigido e actualizado).

Quadro 1 – Depósitos em meio húmido do território português

	N.º	Depósito	Composição	Contexto de achado e bibliografia de referência
Norte	1	Ínsua Grande	4 machados de talão, 1 machado de alvado de um anel, 1 fragmento de machado	Achado nas areias retiradas do rio Minho, a 20 m da costa, no lugar do Penedo (MANTEIGA BREA, 2014)
	2	Solveira	1 machado de talão de duplo anel, 2 pontas de lança de alvado, 1 garfo	Encontrados à profundidade de c. 1,30 m e a c. 6 m de um regato (margem direita) que corta de sul para norte o Vale Travesso e desagua no rio Assueira (COSTA, 1963; BOTTAINI, GIARDINO & PATERNOSTER, 2015)
	3	Faldejães	1 machado de talão com cone de fundição	Encontrado perto da foz do rio Labruge com o rio Lima, num dos lugares de passagem (BETTENCOURT, 2013)
	4	Rio Lima	1 machado de alvado de duplo anel	Encontrado nas margens do rio Lima (ALMEIDA, 1990)
	5	Bandeira	1 machado plano	Encontrado a menos de 100 m da ribeira de Fernelos (FERNANDES <i>et al.</i> , 2011)
	6	Areosa (Cobidalto)	8 machados de talão (7 com cone de fundição)	Encontrados à beira mar, muito perto do ribeiro do Fincão (MONTEAGUDO, 1977, p. 170; BETTENCOURT <i>et al.</i> , 2014)
	7	Retortas	1 machado de talão sem anéis	Retirado de terras provenientes de barreiro na margem direita do rio Cávado (BETTENCOURT, 1988)
	8	Ribeira	1 machado de alvado de duplo anel	Encontrado durante os trabalhos de extracção de areia no rio Cávado (BETTENCOURT, 1988)
	9	Vidual	1 machado de talão de um anel	Encontrado nas margens de um ribeiro (BOTELHO 1899)
	10	Lourosa de Matos	1 machado de alvado de um anel	Encontrado junto ao rio Urtigosa (BRANDÃO, 1962; VILAÇA, 2006)
Centro	11	Porto David	1 machado plano, 1 machado de talão de um anel	Provenientes da margem direita do rio Còa (MONTEAGUDO, 1977; VILAÇA, 2006)
	12	Cabeço da Quinta das Flores	1 machado plano	Recolhido na exploração de minério de estanho de aluvião, a 2 m de profundidade (CARDOSO, 1959; VILAÇA, 2006)
	13	Pereira do Campo	1 machado plano	Proveniente das margens do rio Mondego (VILAÇA, 2016)
	14	Barca	1 machado de talão	Encontrado na margem direita do rio Ceira (VILAÇA & LIMA, 2006; VILAÇA, 2006)
	15	Liboreiro	1 machado plano, 1 machado de talão	Encontrado na margem direita da ribeira de Piães (NUNES, 1952; VILAÇA, 2006)
	16	Castelejo	1 machado de talão de duplo anel	Encontrado no leito da ribeira da Gardunha (VILAÇA & ROSA 2015)
	17	Ribeira da Bazágueda	1 machado unifacial	Proveniente das margens da ribeira da Bazágueda, perto do Moinho do Maneio (VILAÇA & ROSA 2015)
	18	Vale Branquinho	1 machado de apêndices laterais	Encontrado ao abrir-se um caminho que ladeia o leito da ribeira de Seixo (VILAÇA & GABRIEL, 1999)
	19	Casal da Quinta	1 ponta de lança	Encontrada a 3 metros de profundidade junto de um regato (VILAÇA, 2016)
	20	Caldelas	2 machados planos, 1 fragmento de lâmina, outros	Encontrados junto à ribeira de Caldelas (VEIGA, 1891; VILAÇA, 2006)
	21	Rio Lis	4 machados planos	Aparecidos nas margens do rio Lis (VILAÇA, 2016)
	22	Fontes do Alviela	Número indeterminado de objectos	Encontrados no leito do rio Alviela (CARTAILHAC, 1886; VILAÇA, 2006)
Sul	23	Cacilhas	1 espada	Recuperada em dragagem do rio Tejo (SILVA & GOMES, 1992; CARDOSO, 2004)
	24	Safara	2 espadas de tipo Safara	(VASCONCELOS, 1915)
	25	Castro da Cola	1 espada	Recolhida na margem do rio Mira, em areias de aluvião (VIANA & RIBEIRO, 1956; VILHENA, 2006)
	26	Ribeira de Almodôvar	1 machado plano	(ANÓNIMO, 1910)
	27	Ribeira de Arão	1 machado	Achado na ribeira entre Portimão e Lagos (VASCONCELOS, 1913)
	28	Rio Arade	1 foice tipo Rocanes, 1 lingote plano-convexo	Achado nas areias dragadas do rio (OLIVEIRA, 2013)

2.3 – Os depósitos, os lugares, a água

O mapa de distribuição das deposições conectadas (ou muito provavelmente conectadas) com meio húmido demonstra uma clara maioria de registos a norte do rio Tejo (Quadro 1 e Fig. 6A), acompanhando a tendência da distribuição dos depósitos metálicos em geral.

Trata-se da região não só mais influenciada pelo mundo atlântico, onde o fenómeno da deposição do metal é muito expressivo, como se sabe, mas é, sobretudo, a região vinculada aos principais recursos estaníferos da Península Ibérica, designadamente de aluvião. Esta associação depósitos em meio húmido/ cassiterite (e ouro) em aluviões é um dos eixos definidores do fenómeno em território português.

Os dados evidenciam também que estes depósitos estão sempre vinculados a rios e ribeiros, i.e., a águas em movimento, desconhecendo-se deposições realizadas em lagos, lagoas, ou zonas pantanosas. Esta realidade distancia claramente o território português (e a Galiza), ou seja, o extremo mais ocidental da Europa, das demais regiões europeias atlântica e continental.

As especificidades do fenómeno em Portugal revelam-se igualmente no tipo de materiais seleccionados para deposições conectadas com a água. Destaca-se de modo muito claro a opção pelos machados (Fig. 6B), que representam a esmagadora maioria das ocorrências e que cobrem todo o país, seja de modo singular, seja excepcionalmente em associação a outros materiais, caso dos depósitos de Solveira (n.º 2), Caldelas (Leiria) (n.º 20), ou Fontes do Alviela (Alcanena) (n.º 22) (Fig. 7). As armas, embora presentes, revelam-se manifestamente secundárias. Todavia, as espadas são, entre as armas, as mais relevantes, por tudo, merecendo comentário adiante. Ambos, espadas e machados, configuram na sua maioria um modelo de deposição que comporta apenas um artefacto.

Em relação à cronologia dos artefactos, pode dizer-se que o fenómeno parece ter sido diacrónico ao longo da Idade do Bronze (II milénio/ primeiro quartel do I milénio a.C.), seguramente a partir do Bronze Médio, mas com especial incidência na sua etapa final (sécs. XII-IX/VIII a.C.).

A tipologia e composição química dos machados (cobre arsenical e bronzes) assim o sugere, estando presentes os principais tipos (Fig. 8), desde machados planos, como os de Bandeira (Viana do Castelo) (n.º 5), de Pereira do Campo (Coimbra) (n.º 13), ou da ribeira de Almodôvar (n.º 26); machados de apêndices, como o de Vale Branquinho (Castelo Branco) (n.º 18); machados unifaciais, como o da ribeira da Bazágueda (Penamacor) (n.º 11); machados de talão (com e sem argolas), como os de Retortas (Vila Verde) (n.º 7), Ínsua Grande (Valença) (n.º 1), Porto David (Pinhel) (n.º 11), Castelejo (Fundão) (n.º 16); machados de alvado, como o do rio Lima (n.º 4), por exemplo.

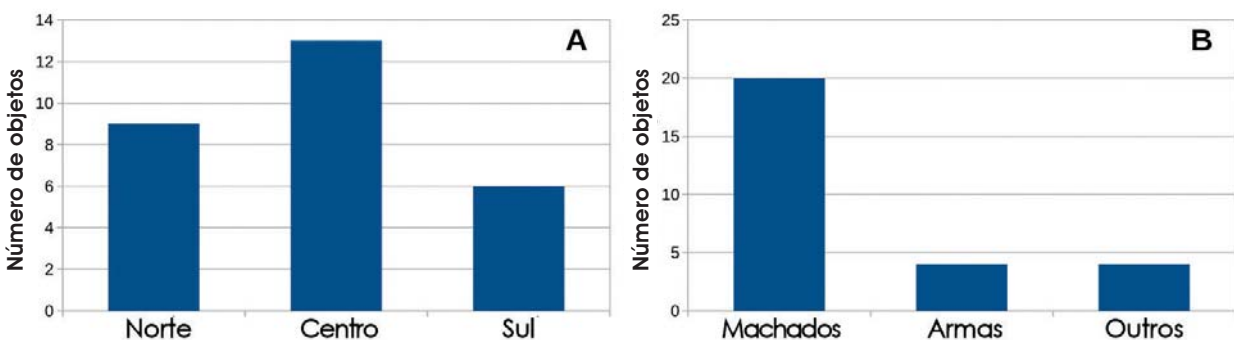


Fig. 6 – Distribuição geográfica dos achados metálicos referidos no texto (A) e sua distribuição por tipos (B).

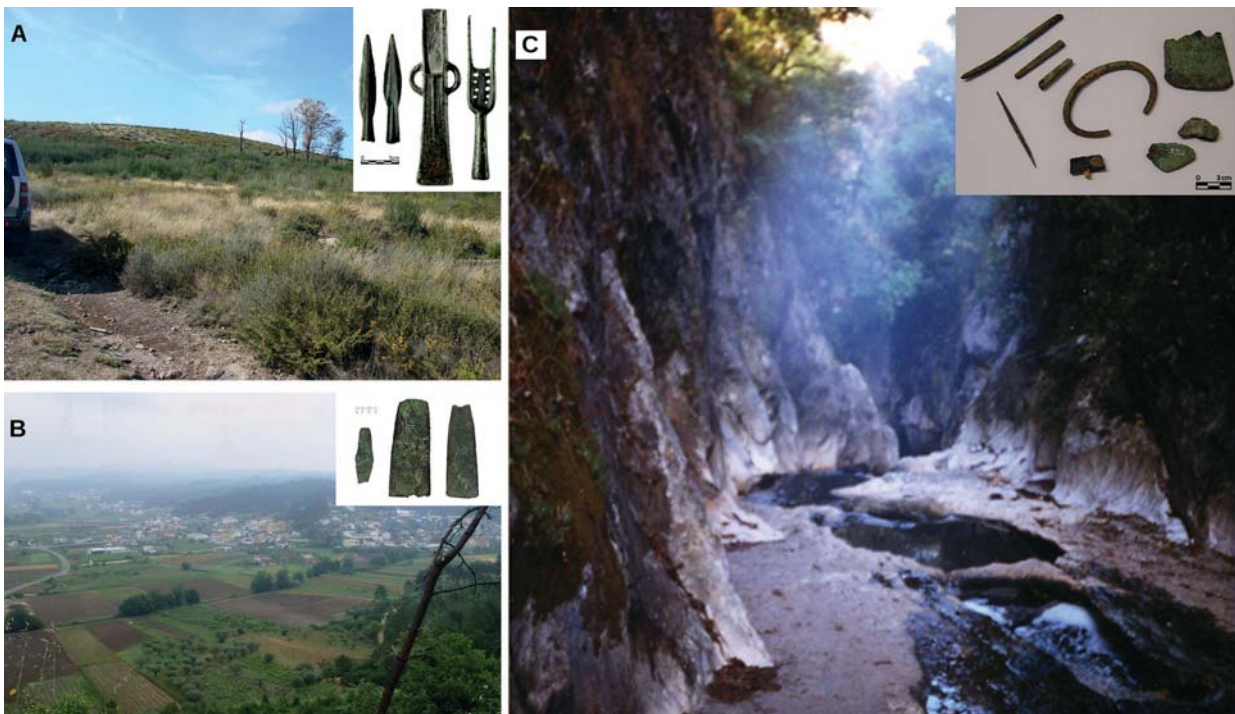


Fig. 7 – Depósitos de Solveira (A) (Foto da Câmara Municipal de Montalegre), ribeira de Caldelas, ao centro da imagem (B) e Fontes do Alviela (C), com as respetivas zonas de achado.

É importante sublinhar ainda que, ao contrário de certas regiões europeias onde as deposições em meio húmido tiveram continuidade ao longo da Idade do Ferro e em época histórica (v.g. BONNARDIN *et al.*, 2009), no território português as práticas de deposição do metal (exceção para o ouro), em meio húmido, ou não, desaparecem a partir dos inícios da Idade do Ferro. Ou, pelo menos, é assunto que aguarda investigação. De todo o modo, e para períodos anteriores à Idade do Bronze, não deve ser descartada a possibilidade de, já então, terem sido desenvolvidas práticas de deposição de materiais em contexto húmido. Recorde-se, a propósito, a informação pontual de Leite de Vasconcelos sobre um “fragmento de machado de sílex encontrado em S. Pedro da Cova, no leito da ribeira de Murta, em 1891...” (VASCONCELOS, 1920, p. 233).

Importa agora detalhar um pouco a escala de análise, tendo sempre presente as contingências das informações já largamente referidas. Entre elas sublinhe-se o problema de fundo, a potencial mobilidade de artefactos, com alteração da natureza dos

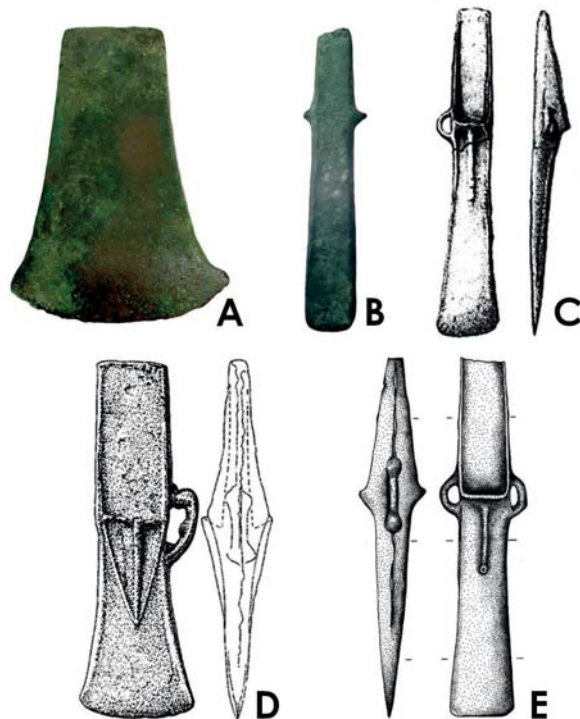


Fig. 8 – Machados de vários tipos encontrados em contextos húmidos (escalas diversas): Pereira do Campo (A), Vale Branquinho (B), Porto David (C) (MONTEAGUDO 1977), Ribeira da Bazágueda (D), Ribeira do Castelejo (E).

contextos de achado e de deposição. Um dos mais elucidativos testemunhos chega-nos do depósito da ribeira de Caldelas (n.º 20) (Fig. 7B), cujos materiais (machados, punhal, além de outros fragmentos), encontrados junto daquela ribeira, ficaram a descoberto sobre as areias após a grande cheia do Inverno de 1887 (VEIGA, 1891, p. 154-155).

Trata-se de um claro “*depósito de margem*”, situação em que podemos incluir a esmagadora maioria dos registos do Quadro 1, cuja probabilidade de imersão em contexto de origem é de grau variável, justamente porque foram encontrados, quase todos, em situação de margem. Em contraste, refira-se o conjunto de peças de Fontes do Alviela (n.º 22) (Fig. 7C), cuja notícia de achado é também das mais antigas, mas muito assertiva: encontrava-se “... *dans le lit même de la rivière.*” (CARTAILHAC, 1886, p. 220).

Numa situação particular colocam-se os casos que reúnem os artefactos retirados em trabalhos de exploração de areias de aluvião, nos rios, nas suas margens, ou em depósitos de terraços fluviais antigos na margem de rios (Fig. 9), como bem testemunham, entre outros, os machados de ribeira (Adaúfe) (n.º 8), Ínsua Grande (Valença) (n.º 1), Cabeço da Quinta das Flores (Guarda) (n.º 12), ou a foice de “tipo Rocanes” do rio Arade (n.º 28), neste caso juntamente com um lingote de morfologia plano-convexa, mas de cronologia mais indefinida (OLIVEIRA, 2013, p. 350).

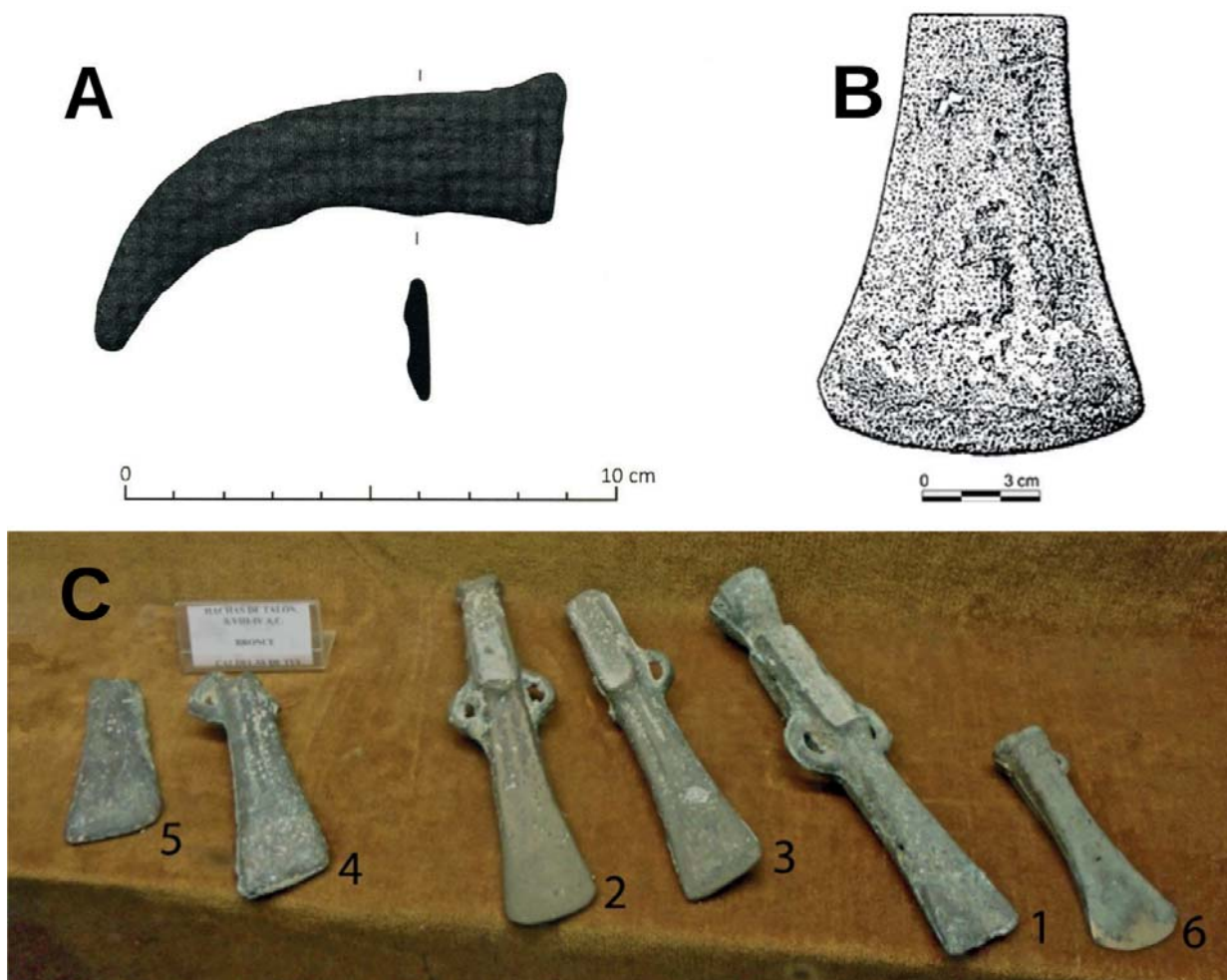


Fig. 9 – Objetos metálicos encontrados em areias aluvionais nas margens dos rios: foice do Rio Arade (A) (OLIVEIRA, 2013), machado plano do Cabeço da Quinta das Flores (B) (CARDOSO, 1959), e machados de talão e de alvado de Ínsua Grande (C) (MANTEIGA BREA, 2014).

Estes depósitos em areias de aluvião, concretamente de cassiterite, têm permitido explorar a linha interpretativa adoptada por alguns investigadores que os valorizam como um retorno simbólico do metal aos ambientes naturais de origem do minério, seja nos rios e suas margens, seja também em associação às rochas. Nessa leitura, acredita-se que a matéria-prima poderia ter sido tomada de empréstimo à Natureza e a ela se teria feito regressar, até mesmo (porque não?) como um acto propiciatório da sua própria regeneração (ALVES & COMENDADOR, 2009, p. 42-43). Os depósitos nessas condições poderão evocar ainda, de forma metafórica, o processo transformador inerente aos próprios ciclos mineiro e metalúrgico consubstanciado no lugar que é, simultaneamente, o de extracção do minério e de deposição do metal, de “nascimento” e de “morte”, numa relação dialéctica entre um estado selvagem, do “não ser” – o minério –, e o de um estado cultural, do “ser” – o artefacto –, tal como foi admitido para o punhal de São Martinho de Orgens (Viseu) encontrado em trabalhos de exploração de cassiterite (VILAÇA *et al.*, 2014).

Também a espada da Cola (Ourique) (n.º 25) (Fig. 10), de há muito conhecida (VIANA & RIBEIRO, 1956), só recentemente foi valorizada na perspectiva do seu contexto de achado, com base em informações prestadas a Jorge Vilhena pelo filho do achador, senhor Manuel Jesuíno, e que também presenciou a descoberta. Revelou-se que a espada apareceu em areias de aluvião, a 10-20 m da margem do rio Mira e a 4-5 m acima do leito, em cota alcançada pelo limite de cheia, no lugar preciso da Courela dos Barreiros, situado no fundo do córrego que corre para sul, muito perto do Castro da Cola, também com ocupação do Bronze Final (VILHENA, 2006; VILHENA & GONÇALVES, 2012). É impossível dizer se a espada da Cola constituiu, originalmente, um

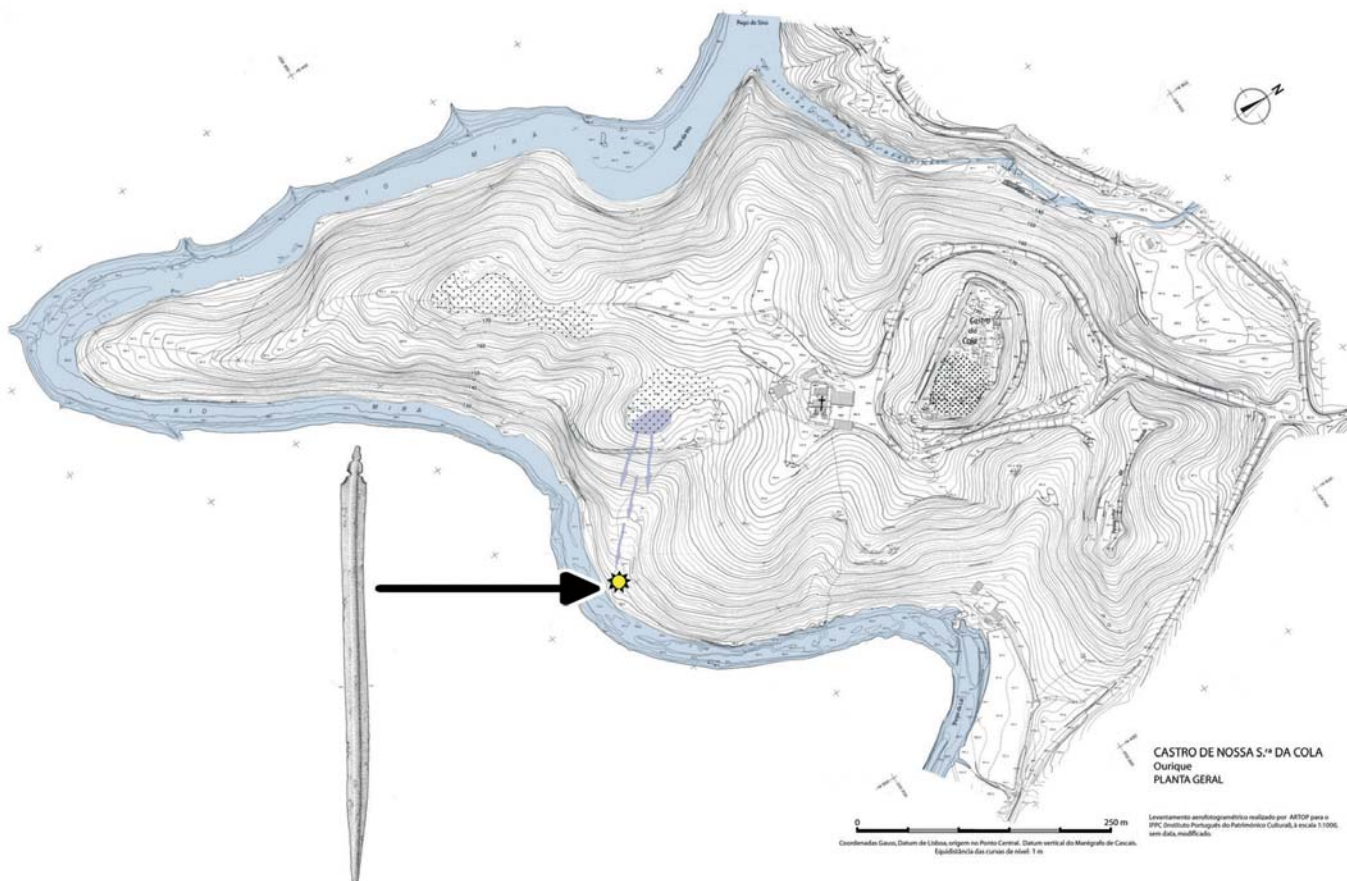


Fig. 10 – Espada da Cola e local de achado (VILHENA, 2006, readaptado).

depósito fluvial, mas os dados conhecidos permitem encará-la claramente como um “*depósito de margem*”. E até ainda, atendendo à sua proximidade relativamente ao castro, como um “*depósito periférico*”, problemática que não cabe agora abordar (VILAÇA, 2006, p. 65).

As dúvidas relativas ao contexto original de deposição em meio húmido da espada da Cola não se colocam para a espada de Cacilhas (Almada) (n.º 23) (Fig. 11), o único caso absolutamente seguro de um depósito aquático recuperado em águas muito profundas. Foi o que ocorreu em finais da década de 1950, perto da foz do rio Tejo, na sua margem esquerda, frente a Lisboa, junto aos antigos estaleiros da Parry & Son (CARDOSO, 2004, p. 196). Deve também ser sublinhado que a espada se encontra completa, em linha com o que ocorre tendencialmente no espaço europeu, onde as espadas fragmentadas têm fraca expressão em meio húmido (QUILLIEC, 2007, p. 50, p. 110; VILAÇA & BOTTAINI, 2019, p. 135).

Este depósito aquático vem demonstrar que uma questão muito pertinente se prende com a profundidade, distanciando claramente a espada de Cacilhas dos demais achados. Tudo indica que foi escolhido um lugar especial que acolheu uma arma, a qual, uma vez depositada, não teria retorno. Esta situação de irrecuperabilidade não é aplicável de modo inequívoco, pelo contrário, aos outros casos associados, directa ou indirectamente, a cursos de água de caudal incomparavelmente menor ao do Tejo. Se depositar em águas pouco profundas é diferente de depositar em profundidade, então deverá ter havido distintas motivações para opções diferentes. Neste caso o acto de deposição foi um claro “Adeus às Armas”, evocando aqui o título do belo romance de Ernest Hemingway.

Distintas motivações parecem também ter estado subjacentes à selecção de diferentes lugares de deposição ao longo de um curso de água, aspecto que tem sido valorizado por distintos investigadores (v.g. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995a). Depositar no leito de um rio não deveria ter o mesmo significado de depositar na foz, na nascente, no ponto de confluência de um rio com um outro curso de água, ou numa zona de travessia a vau entre as margens.

Nesta problemática, a espada de Cacilhas merece ser de novo referida como marcador simbólico do lugar liminar de desfecho do rio, quando este “morre” e se transforma em mar, na transição e confluência de águas em dois estados: as do rio, doces, enclausuradas pelas margens; e as do mar, salgadas, selvagens, sem limite. Nos antípodas, porque assinalando o lugar do rio onde as águas irrompem da terra, encontravam-se os materiais depositados nas “fontes”, i.e., no lugar de nascente do rio Alviela (Fig. 7C), quando este inicia o seu percurso antes de atingir justamente o Tejo (VILAÇA, 2006, p. 49).

Outras deposições efectuaram-se também em sítios estratégicos e de grande simbologia, própria dos lugares de passagem. Mesmo sem haver dados seguros sobre o seu achado directo em meio húmido, trata-se



Fig. 11 – Espada de Cacilhas (desenho em SILVA & GOMES, 1992, e foto da C. M. de Almada).

de casos vinculados à água em termos de estreita proximidade e, por conseguinte, classificáveis como “*depósitos de margem*”.

Referimo-nos, por exemplo, aos machados de Porto David (Pinhel) (n.º 11) provenientes da área de confluência da ribeira das Cabras com o rio Côa e onde este era tradicionalmente passado a vau (Fig. 12), segundo informações de populares (VILAÇA, 2006, p. 56-57). O simbolismo destas conexões, onde se juntam distintas linhas de água em lugares de passagem, poderá ser também evocado para as deposições do machado da Barca, entre a foz do rio Arouce com o rio Ceira e já antes referido; ou o de Faldejães (Ponte de Lima), relacionado com a passagem natural na foz do rio Labruge com o rio Lima (BETTENCOURT, 2013, p. 163), ou ainda com o machado de Vale Branquinho (Castelo Branco) (Fig. 8B), recolhido a escassos metros da ribeira do Seixo, no seu percurso final onde esta encontra o rio Tripeiro, afluente do Ponsul (VILAÇA & GABRIEL, 1999).

Estas associações são demonstrativas da importância da deposição de certos artefactos em determinados lugares como forma de marcar a sua apropriação real e simbólica por parte das comunidades.

Nesta mesma linha interpretativa importa ainda fazer uma breve referência aos depósitos que se encontram junto ao mar, com toda a simbologia de que também podem revestir-se os seus lugares de achado como situações limite, de interface, entre a terra e o mar, o conhecido e o desconhecido. Claro que também aqui a oscilação da linha de costa ao longo do tempo é elemento perturbador numa análise que incida de modo específico na micro-escala.

O certo é que os casos enquadráveis nesta situação se resumem, face ao que se conhece em território português, a um, o depósito de Areosa, classificado como “*depósito de beira-mar*” (VILAÇA, 2006, p. 59). Os oito machados conhecidos, sete dos quais conservando ainda os respectivos cones de fundição, foram depositados da fenda de uma rocha, conforme registo inicial de MONTEAGUDO (1977, p. 170) e recentemente confirmado (BETTENCOURT *et al.* 2014, p. 133). Estes últimos investigadores referem-se em concreto a uma cavidade natural de xisto, identificando o lugar muito perto do ribeiro do Fincão, em Cobidalto, o que lhes permitiu classificá-lo como “*depósito de margem*”. Tomando esta classificação como adequada, podemos também agora precisar melhor a localização do achado originalmente publicado por VILAÇA (2006, p. 59, Fig. 23) (Fig. 13).



Fig. 12 – Confluência entre a ribeira das Cabras e o rio Côa, área de proveniência do machado de talão de Porto David (VILAÇA, 2006, readaptado).



Fig. 13 – Depósito da Areosa e área de achado (VILAÇA, 2006, readaptado com base em informação de BETTENCOURT *et al.*, 2014).

A conservação do cone de fundição naqueles exemplares é elemento indicador de que foram produzidos e logo amortizados, saltando uma etapa do seu “ciclo biográfico”, supostamente a mais importante, a da sua utilização. Este tipo de machados, com uma particular concentração no Noroeste da Península Ibérica, não deve, todavia, dissociar-se da circulação do metal num contexto tardio de inícios do I milénio a.C., estimulado pela presença fenícia no sul da Península Ibérica. A algumas pistas traçadas de há muito (v.g. GALÁN DOMINGO, 2005), juntam-se agora outras problematizadas no âmbito do projecto, em curso, ATLANTAXES – *Producción y deposición masiva de bronzes plomados en la transición Bronce Final – Edad del Hierro de la Europa atlántica*, coordenado por Xosé-Lois Armada Pita.

Não podemos terminar esta análise sem referir, de novo, as duas espadas de Safara (n.º 24), que envolvem vários problemas (Fig. 14). Nada se sabendo sobre as circunstâncias e local preciso da sua proveniência (VASCONCELOS, 1915, p. 34), a primeira questão que deve ser colocada é se correspondem a um achado duplo ou se são dois depósitos singulares provenientes de sítios distintos da região de Safara. Questão sem resposta, mas que alguns investigadores tendem a admitir que as espadas formam “*sans doute*” um depósito (COFFYN, 1983, p. 173).

Sugeriu-se ainda, como mencionámos antes, que poderiam corresponder a um depósito em meio aquático. O argumento baseia-se na patine dourada que possuem, característica dos bronzes que estiveram submersos

durante muito tempo (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1998, p. 238). Não podemos contra-argumentar de forma fundamentada, embora o critério da patine seja bastante discutível, como demonstram determinados bronzes depositados em meio aquático, uns possuindo tonalidades efectivamente douradas, mas outros com elas de tom castanho escuro (FROST, 2013). De todo o modo, e a título de exemplo, quer a espada de Cacilhas, quer o machado da ribeira da Bazágueda apresentam também superfícies de tonalidade dourada.

Assim, a muito provável deposição dupla em meio aquático das espadas de Safara poderá ser compreendida como uma acção ritual, conjugando duas vertentes de elevada carga simbólica: a água e a presença dual das armas, número que foi valorizado como expressão dos “*divine twins*” das cosmologias pan-europeias da Idade do Bronze (KRISTIANSEN & LARSSON, 2005, cap. 6.3). A suposta e provável deposição das duas espadas em meio húmido poderá encontrar o melhor paralelo na representação de duas espadas figuradas na Rocha 53 do Cachão do Algarve, no contexto da Arte Rupestre do Vale do Tejo (GOMES, 1989; GOMES, 2010, p. 497-498; VILAÇA, 1998, p. 208 e 214).

E não queremos terminar esta análise sem evocar a interessante coincidência, que não é mais do que isso face ao que se sabe, entre a espada de Elvas e o nome de uma ribeira que corre justamente a noroeste da cidade, a “ribeira das Espadas”. A espada foi obtida por Gabriel Pereira nas proximidades de Elvas, sem que nada mais se conheça sobre as suas circunstâncias de achado (VEIGA, 1891, p. 220 e Est. XXIII-9). Trata-se de uma espada curta (comp. de 44,3 cm), das raras espadas curtas do território português, faltando-lhe apenas o terço distal (BRANDHERM, 2007, p. 87). A existência daquele topónimo para a ribeira, afluente da ribeira do Ceto (Carta Militar de Portugal, 1:25 000, folha 14, Elvas), será certamente apenas casualidade, ainda assim, sugestiva.



Fig. 14 – Espadas de Safara (Foto do Instituto Português de Museus).

3 – NOTAS FINAIS

Desta exposição e respectiva discussão baseadas em evidências empíricas de depósitos de bronze do território português que podemos relacionar com ambientes húmidos, ressalta uma grande diversidade de situações. Essa diversidade encontra na água, ou na sua presença/ proximidade, um lastro comum que os contextualiza, embora de modos distintos.

Na relação das comunidades com a água, as dimensões simbólica e sagrada, intemporais, assumiram um lugar especial. A água, com usos, sentidos, ideias e histórias que lhe foram sendo atribuídos, tornou-se também uma construção social (STRANG, 2008). Não sendo um organismo vivo (mas com vida), é uma entidade animada, porque movimenta-se, transforma-se, inclusive o seu estado físico, quando dá lugar a lamaçais, ou quando se solidifica. A essa sua fluidez subjaz um carácter liminar, transitório, de ambiguidade, aspectos frequentemente reforçados, de um ponto de vista simbólico, pela associação a outros lugares naturais particulares. Essa ambiguidade transfere-se para os próprios depósitos, em concreto para os que poderiam ser cicli-

camente ocultados e exibidos, observados ou lembrados, ao ritmo da movimentação das águas. E transfere-se igualmente, nesse processo de imersão/ emersão, ou vice-versa, para um estado em que, metaforicamente, foram registados nas rochas, como os que se encontram nas rochas alagadas e alagáveis de Molelinhos, de tempos em tempos depositados na água (SANTOS, 2006, p. 56). Todos eles são a face material de estratégias sociais diversas, de produção e reprodução de poder.

Deste estudo, e não obstante os condicionalismos sublinhados ao longo do texto, poderemos traçar algumas linhas de fundo que permitem fixar as principais ideias-chave relativas a depósitos ou deposições metálicas em meio húmido da Idade do Bronze em Portugal. Trata-se de um ensaio sobre um fenómeno de que se conhece apenas a ponta do iceberg. Do fenómeno de deposição do metal restam-nos só resquícios materiais de práticas rituais de natureza sacrificial (FONTIJN, 2002-2003). Mas das deposições em meio húmido esses resquícios são ainda mais difíceis de capturar pelo peso que carregam a nível das problemáticas particulares.

Com a análise desenvolvida podemos sintetizar o seguinte:

- i) O estudo que suportou o presente trabalho permitiu a identificação de 28 ocorrências de artefactos metálicos em meio húmido, ou correlacionados com a água;
- ii) A sua distribuição, embora abrangente, tem maior expressividade na região centro-norte de Portugal, em especial na primeira, na área delimitada pelos rios Douro e Tejo;
- iii) Essas ocorrências estão apenas vinculadas a rios, embora os objectos tenham sido retirados de distintos pontos dos seus percursos (nascente, foz, lugares de passagem, em pontos de confluência de linhas de água) e de diferentes contextos de deposição (em águas profundas, no leito, nas margens);
- iv) Nas duas últimas situações verifica-se, amiúde, uma clara conexão com zonas de expressivos recursos estaníferos (e auríferos) de aluvião, onde os machados assumem o protagonismo;
- v) As informações disponíveis permitem afirmar que esse fenómeno decorreu ao longo da Idade do Bronze, com particular ênfase em finais desse período e transição para o seguinte, revelando um padrão que se perpetua no tempo, ao longo de vários séculos, mas sem comparação com o de certas regiões da Europa;
- vi) Foram seleccionados diversos tipos de objectos, nomeadamente armas (espadas, pontas de lança e punhais) e instrumentos de trabalho (machados, foices), excepcionalmente um elemento associado a práticas de comensalidade (garfo ou fúrcula);
- vii) Os machados (planos, de apêndices laterais, unificiais, de talão e de alvado) são não só a categoria com maior número de registos em termos globais, como correspondem quase sempre a ocorrências singulares;
- viii) As espadas, ao contrário do que se verifica em termos europeus, são em número muitíssimo pouco expressivo, mesmo contando os casos duvidosos. É entre elas que encontramos a única situação segura de um depósito em águas profundas;
- ix) Em regra, espadas e machados foram depositados em meio húmido de forma singular, contrastando com muitos dos depósitos em terra firme;
- x) A deposição de objectos metálicos em meio húmido é um fenómeno bastante marginal em território português quando comparado com o de outras regiões europeias, mas bastante mais expressivo do que se pensava até inícios deste século;
- xi) Esse fenómeno manifesta-se de modo muito particular, em contextos pautados pela mutabilidade, i.e., no que designamos por “*depósitos de margem*”.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho resulta do projeto “WI-HOARD. Western Iberian metal hoards in Late Prehistory. A novel multidisciplinary perspective on an ancient archaeological enigma”, realizado no âmbito do financiamento da FCT – UIDP/04449/2020 (Laboratório HERCULES) e da Cátedra CityUMacau em Património Sustentável, da Universidade de Évora (Portugal).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C.A.B. (1990) – *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. N.º especial 7-8.
- ALVES L. & COMENDADOR REY, B. (2009) – Rochas e metais na Pré-história para além da físico-química. Em: BETTENCOURT, A.; ALVES, L. (eds.) – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade*. Braga: CITCEM, p. 37-54.
- ANÓNIMO (1910) – Acquisições do Museu Etnológico Português. *O Archeologo Portugues*. Lisboa. S. I, XV, p. 233-247.
- BECKER, K. (2008) – Left But not Lost. *Archaeology Ireland*. 22 (1), p. 12-15.
- BETTENCOURT, A. (1988) – Novos achados metálicos do Bronze Final na bacia do médio Cávado. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. S. II 5, p. 9-22.
- BETTENCOURT, A. (2013) – O Bronze Final no Noroeste português. Uma rede complexa de lugares, memórias e ações. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 157-172.
- BETTENCOURT, A.; COMENDADOR REY, B.; SIMÕES, P. & ALVES, M.I. (2014) – O depósito de machados do Bronze Final de Cobidalto, Areosa (Viana do Castelo). Novos dados para a sua contextualização e interpretação. Em: BETTENCOURT, A.; COMENDADOR REY, B.; SAMPAIO, H. & SÁ E. (eds.) – *Corpos e metais da fachada atlântica da Ibéria. Do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: APEC/CITCEM, p. 131-141.
- BONNARDIN, S.; HAMON, C.; LAUWERS, M. & QUILLEC, B. (eds.) (2009) – *Du Matériel au Spirituel. Réalités archéologiques et historiques des “dépôts” de la Préhistoire à nos jours*. Antibes: APDCA.
- BOTELHO, H. (1899-1903) – Instrumentos de bronze no concelho de Villa Real (Tráz-os-Montes). *Portugalia*. Porto. I, p. 825-827.
- BOTTAINI, C. (2013) – *Depósitos metálicos no Bronze Final (sécs. XIII-VII a.C.) do Centro e Norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueometalúrgicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Tese de doutoramento].
- BOTTAINI, C.; GIARDINO, C. & PATERNOSTER, G. (2015), The Final Bronze Age hoard from Solveira (northern Portugal): a multi-disciplinary approach. *Der Anschnitt*. 26, p. 125-133.
- BRADLEY, R. (2000) – *An Archaeology of Natural Places*. London: Routledge.
- BRADLEY, R. (1990) – *The Passage of Arms. An Anthropological Analysis of Prehistoric Hoards and Votive Deposits*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRADLEY, R. (2017) – *A Geography of Offerings: Deposits of Valuables in the Landscapes of Europe*. Oxford & Philadelphia: Oxbow Books.
- BRANDÃO, D.P. (1962) – Achados soltos de cobre e de bronze no concelho de Arouca. *Studium Generale*. Porto. IX. 1: 85-93.
- BRANDHERM, D. (2007) – *Las Espadas del Bronce Final en la Península Ibérica y Baleares*. Prähistorische Bronzefunde. Abteilung IV, 16. Band, Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos. Um ensaio de história regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F. & BRAGANÇA, F. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. Lisboa. 1, p. 231-250.
- CARDOSO, L. 1959 – Machado plano de bronze. *Conimbriga*. Coimbra. 1, p. 122-123.

- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald.
- COELHO, J. (1949) – *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo etnográfico da Beira*. Viseu: Edição do autor.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l’âge du bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S IV, 1, p. 169-196.
- COSTA, J. (1963) – Achado arqueológico encontrado em Solveira, concelho de Montalegre, em abril de 1961. *Lucerna*. Porto. III, p. 119-125.
- CUNHA, A.M.L. (1991) – Estação de arte rupestre de Molelinhos. Notícia preliminar. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 253-258.
- DELIBES DE CASTRO, G. (2007) – ¿Para los hombres o para los dioses? Certezas y sospechas sobre la intención de los depósitos del Bronce Final Atlántico. Em: CELIS SÁNCHEZ, J.; DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J. & GRAU LOBO, L. (eds.), *El hallazgo leonés de Valdevimbre y los depósitos del Bronce Final Atlántico en la Península Ibérica*. León: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, Diputación de León, Instituto Leonés de Cultura, p. 10-35.
- FERNANDES, J.; BETTENCOURT, A.; COMENDADOR REY, B. & ALVES, M.I. (2011) – O depósito metálico da Bandeira, Viana do Castelo (Norte de Portugal) no contexto dos depósitos do Bronze Médio do Curso Inferior da Bacia do Lima. *Estudos do Quaternário*. 7, p. 33-39.
- FONTIJN D. (2002-2003) – *Sacrificial Landscapes. Cultural biographies of persons, objects and natural places in the Bronze Age of the southern Netherlands, c. 2300-600 BC*. Leiden: *Analecta Praehistorica Leidensia*. 33-34.
- FROST, L. (2013) – River finds. Bronze Age depositions from the River Gudenå, Denmark. *Germania*. 91, p. 39-87.
- GALÁN DOMINGO, E. (2005) – Evolución, adaptación y resistencia. En torno a las formas de intercambio de las comunidades atlánticas en contacto con el mundo orientalizante. Em: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.) – *El Período Orientalizante*, vol. I, Anejos de AEspA XXXV, p. 467-475.
- GOMES, M. V. (1989) – Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um santuário pré-histórico. *Cuadernos de San Benito*. 2, p. 49-75.
- GOMES, M. V. (2010) – Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa [Tese de Doutoramento].
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1974-1977) – As rochas decoradas da Alagoa, Tondela-Viseu. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 8-9, p. 145-164.
- IZAC-IMBERT, L. & MILCENT, P.-Y. (2012) – Au fil de l’eau et de la lame. Mobilier protohistorique découvert en milieu aquatique en Midi-Pyrénées: analyses et interprétations. *Cypsela*. Museu d’Arqueologia de Catalunya. 19, p. 71-100.
- KRISTIANSEN, K. & LARSSON, T. (2005) – *The Rise of Bronze Age Society. Travel, Transmissions and Transformations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANTEIGA BREA, A. (2014) – Un “campo de depósitos” en el lecho del río Miño: el conjunto de Ínsua Grande, una revisión del contexto deposicional”. Em: BETTENCOURT, A.; COMENDADOR REY, B.; SAMPAIO, H. & SÁ, E. (eds.) – *Corpos e metais na fachada atlântica da Ibéria. Do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: APEQ/CITCEM, p. 121-130.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel. Prähistorische Bronzefunde IX*, Vol. Band 6. Munchen: C. H. Beck.
- NUNES, J. C. (1952) – *Um machado de talão, de tipo galaico, na Beira-Litoral Interior, Arganil*. Arganil: Publicações do Museu da Câmara Municipal de Arganil.
- OLIVEIRA, C. (2013) – O final da Idade do Bronze no Algarve: balanço e resultados da investigação arqueológica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 339-354.
- QUILLIEC, B. (2007) – *L’épée atlantique: échanges et prestige au Bronze Final*. Société Préhistorique Française. Mémoire XLII.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995a) – Depósitos del Bronce Final : Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? Em: RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ria de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Complutum N. Extraordinario 5, p. 21-32.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995b) – El significado de la Ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/ Edad del Hierro. Em: RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Complutum N. Extraordinario 5, p. 129-155.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa occidental*. Barcelona: Ed. Critica.
- SANTOS, A. (2006) – A arte rupestre na Proto-história antiga do vale de Besteiros: interpretação e territorialidade. *Conimbriga*. Coimbra. XLV, p. 47-64.
- SILVA, A. C. & GOMES, M. V. (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- STRANG, V. (2005) – Common senses. Water, sensory experience and the generation of meaning. *Journal of Material Culture*. 10 (1), p. 92-120.
- STRANG, V. (2005) – The Social Construction of Water. Em: DAVID, B. & THOMAS, J. (ed.) - *Handbook of Landscape Archaeology*. London: Routledge, p. 123-130.
- TESTART, A. (dir.) (2013) – *Les armes dans les eaux. Questions d'interprétation en archéologie*. Paris/ Arles: Éditions Errance.
- TORBRÜGGE, W. (1970-1971) – *Vor und frühgeschichtliche Flussfunde*. Bericht der Römisch-Germanischen Kommission 51. Berlin: Walter de Gruyter.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) – Acquisições do Museu Etnológico Português, *O Archeologo Português*. Lisboa. S. I, XVIII, p. 131-168.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1920) – Coisas velhas, *O Archeologo Português*. Lisboa. S. I, XXIV, p. 215-237.
- VEIGA, S. P. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional IV.
- VIANA, A. & RIBEIRO, F. N. (1956) – Espada de bronze de N^a Sr.^a da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. 13, p. 148-149.
- VILAÇA, R. (1998) – Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior. Em: JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Trabalhos de Arqueologia 10, p. 203-217.
- VILAÇA, R. (2006) – Depósitos de Bronze do Território Português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S IV, 24, p. 9-150.
- VILAÇA, R. (2016) – A Idade do Bronze na Alta Estremadura: depósitos metálicos e sua conexão com o espaço. *Actas do I Congresso de História e Património da Alta Estremadura*. Ourém, p. 113-137.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; CARVALHO, P. & PATERNOSTER, G. (2014) – O punhal de São Martinho de Orgens (Viseu) no seu contexto local: o ser e o estar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 127-140.
- VILAÇA, R. & GABRIEL, S. (1999) – Nótula sobre um machado de apêndices encontrado em Vale Branquinho (Sobral do Campo, Castelo Branco). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2 (1), p. 127-142.
- VILAÇA, R. & ROSA, J. M. (2015) – Depósito metálico na Ribeira da Gardunha, Castelejo, Fundão. *Eburobriga*. Fundão. 8, p. 61-71.
- VILAÇA, R. & BOTTAINI, C. (2019) – Breaking metals and handling ideas about Bronze Age hoards from Western Iberia. Material patterns, invisible behaviors and possible interpretations. Em: VALERA, A. (ed.) – *Fragmentation and Depositions in Pre and Proto-historic Portugal*, Lisbon: NIA/ ERA Arqueologia S.A., p. 125-139.
- VILHENA, J. (2006) – *O sentido da permanência. As envolventes do Castro da Cola nos 2^o e 1^o milénios a.C.*, Lisboa: Universidade de Lisboa [Dissertação de mestrado].
- VILHENA, J. & GONÇALVES, M. (2012) – “Muralhas revestidas de cobre”. A problemática de rochas vitrificadas em povoados do Bronze Final de Odemira e Ourique. Em: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Ana II El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de Aespa. LXII, p. 517-554.
- YATES, D. & BRADLEY, R. (2010) – Still water, hidden depths: the deposition of Bronze Age metalwork in the English Fenland. *Antiquity*. London. 84, p. 405-415.